tendo assinado as Atas por motivo de falecimento

Em treze de agôsto de mil novecentos e oitenta e cinco.

Gilberto Ferez
Max Justo Guedes
Roberto Cavalcanti
Gilberto Velho
Maria Beltrão
Eduardo Kneese
Lourenço Lacombe
José E. Mindlin
Américo Lacombe
José Mindlin
Guardo Câmara
Haidio Mafra

Ata da Centésima Décima Sexta Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 13 de agosto de 1985.

Às 14,30 horas do dia treze de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, no Salão Portinari, localizado no segundo andar do Palácio da Cultura - Edifício Gustavo Capanema, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do senhor Angelo Oswaldo de Araújo Santos, presentes os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Ferez, Max Justo Guedes, José E. Mindlin, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Gilberto Velho, Guardo Butto Saposo da Câmara, Francisco Iglésias, José Henrique Mallan, di-

retor do Museu Nacional Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes Lourenço Luiz digo Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ausente, por motivo justificado, a Conselheira Maria da Conceição Velhas.

O Presidente abriu a sessão anunciando a honrosa presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta. Em seguida cumprimentou os Conselheiros e funcionários da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória, presentes no recinto. Saudou, em caráter especial, o Consultor Jurídico Rafael Carneiro da Rocha, pela inclusão do seu nome em lista tríplice encaminhada ao Governador do Estado, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, fez a apresentação do novo Conselheiro, Francisco Iglésias. Acentuou prescindir ele de apresentação por seu nome reconhecido nacional e internacionalmente, por seus méritos como historiador, como professor universitário, por sua sensibilidade cultural e acurada visão sócio-econômica do processo histórico nacional. Fez a apresentação do Dr. Riccardo Cioglia, novo Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, engenheiro especializado em Informática e de sólida formação humanística. Anunciou que o Ministro da Cultura passaria a assinar, naquele momento, a homologação de tombamento de vários prédios significativos da diversidade cultural brasileira, ligados a correntes migratórias que compõem a população do país, tais como a italiana, a japonesa e a alemã. Acrescentou estar também entre os tombamentos a serem homologados uma vila operária, a primeira a ser tomba-

da, um prédio contemporâneo, de autoria do arquiteto Jorge Costa, e dois prédios ligados à atividade do cientista Carlos Chagas. O Presidente solicitou ao Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco que fizesse a saudação ao Senhor Ministro, em nome do Conselho.
O Conselheiro Afonso Arinos, dirigindo-se ao Ministro, disse ser o Conselho Consultivo um dos órgãos mais tradicionais e de primeira significação do Ministério da Cultura, cujos passos iniciais foram dados por Mário de Andrade, em documento enviado do Ministro Gustavo Capanema. Disse acreditar já ter este o momento de se fazer uma história do Serviço do Patrimônio, com todas as etapas que cumpriu, as resistências e dificuldades que encontrou e as vitórias conquistadas. Acentuou que esses fatos poderão compor um livro essencial para a cultura brasileira, a ser editado pelo Ministério da Cultura. Expressou ao Ministro o respeito e a admiração do Conselho, devidos aos seus antecedentes de homem de ciência à sua atuação frente à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, a toda a sua vida pregressa que muito o recomenda para o posto que ocupa, e no qual o país, na pessoa do Ministro, deposita as maiores esperanças. Ressalvando não desejar entrar no debate do que seja cultura, lembrou a origem popular das grandes obras da humanidade, acentuando que, tanto o direito, quanto a história emanam do povo. Finalizou solicitando ao Ministro que recebesse as expressões de respeito, fidelidade e admiração do Conselho.
Em resposta, o Ministro da Cultura dirigiu-se ao Conselho registrando um gesto de saudade do Conselheiro Pedro Calmon. Exaltou a grande figura do historiador, Reitor, homem de cultura e de inteligência. Disse que, para

substituir tão ilustre personalidade, trouxe o professor mais brilhante da Universidade de Minas Gerais, o também historiador Francisco Iglésias. Agradeceu as palavras do Conselheiro Afonso Arinos, destacando a importância da sua presença no Conselho, por suas notórias qualidades de humanista e de político. Lembrou que o que de mais precioso tem um país, o seu patrimônio histórico e cultural, está sob a guarda do Conselho Consultivo. Mencionou os grandes nomes que por ele passaram, entre os quais destacou os de Rodrigo M. F. de Andrade, o do Ministro Gustavo Capanema e o de Aloísio Magalhães. Prosseguindo, disse ter recebido, com honra e humildade, o convite para o Ministério. Relatou a sua preocupação em criar um Ministério simples, austero, flexível e eficiente. Frisou a importância da descentralização, através de estreita colaboração com os Estados e Municípios. Mencionou o Palácio da Cultura como uma de suas preocupações e que, de acordo com os termos do Decreto baixado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, deveria ser realmente uma Casa da Cultura. Destacou a importância da valorização das culturas negra e indígena e dos aspectos não só urbanos como rurais da cultura brasileira. Destacou o interesse em retomar o diálogo sobre cultura e alimentação, cultura e medicina, e a contribuição de todos, sem discriminação de idade. Acentuou a necessidade de se fazer um censo dos monumentos históricos e culturais do Brasil, para, a partir dele, planejar a ação do Ministério. Referiu-se ao Projeto de Lei nº 18-A, de 1985, apresentado pelo então Senador José Sarney, relativo a benefícios fiscais para operações de caráter cultural ou artístico. A respeito comunicou ter sido

o Ministério da Cultura incumbido pelo Presidente da República, de, juntamente com a SEPLAN, preparar anteprojeto de mensagem ao Congresso encaminhando o assunto. Para isto solicitou a colaboração do Conselho. Finalizou dizendo ficar mais tranquilo ao saber-se assessorado por um Conselho de tão alto nível, que além de sua competência é composto de homens de reconhecida dedicação à causa pública.

O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello pediu a palavra para oferecer ao Ministro o livro "A Coleção de Arte de Mário de Andrade", editado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e patrocinado pela Metalave, empresa presidida pelo Conselheiro José E. Mindlin. Propôs, em seguida, o exame, pela SPHAN da possibilidade de tombamento do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, parte do qual consta da obra que acabara de mencionar. O Presidente, retomando a palavra, informou, a propósito da sugestão apresentada pelo Conselheiro Afonso Arinos, que o Núcleo de Edificação da SPHAN/Pró-Memória já tem projeto de levantamento da história do Patrimônio, que deverá ser editada pela Pró-Memória. Solicitou do Conselheiro José Mindlin que, atendendo ao pedido do Ministro Josse, no Conselho, o coordenador das sugestões referentes ao Projeto de Lei nº 18-A/85, conhecido como Lei Sarney. Em seguida, o Presidente agradeceu a presença do Sr. Ministro, que se retirou juntamente com o Presidente da Pró-Memória.

O Presidente passou, então, à segunda parte da reunião, lembrando o 10º aniversário da morte, em Lisboa, de Murilo Mendes, uma das maiores figuras da poesia brasileira. Acentuou que Murilo Mendes, uma

das maiores figuras da poesia brasileira. Acentuou diogo Acentuou que Ramiro Mendes esteve envolvido nos movimentos do pensamento moderno brasileiro das décadas de vinte e de trinta, os quais conduziram à criação do IPHAN. Homenageou, em seguida, a figura de D. Arminda Villa Lobos, recentemente falecida, fundadora e Diretora do Museu Villa-Lobos. Disse que a melhor homenagem que o Ministério da Cultura poderia prestar a ela era justamente a que tinha acabado de fazer, ou seja, a liberação de verbas para dar continuidade às obras do Museu. Acrescentou estar tentando obter, junto ao INPS, a cessão de uma casa, ao lado do novo prédio do Museu, para ali abrigar o seu setor administrativo. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Afonso Arinos, que, em nome do Conselho, homenageou o Conselheiro Pedro Calmon, falecido em 17 de junho último. O Conselheiro relatou, com carinho e emoção, o percurso de Pedro Calmon, desde sua chegada ao Rio de Janeiro. Mencionou a grande amizade que sempre mantiveram. Observou que o talento, o brilho e a eloqüência de Pedro Calmon eram por demais conhecidos no Brasil, como também em Portugal, por isso mesmo preferia naquele momento, destacar as suas outras qualidades, de lealdade, fidelidade, probidade, bravura, dedicação e competência. Finalizou dizendo ter sido Pedro Calmon um fidalgo, na mais pura expressão da palavra. Em seguida, o Conselheiro Eduardo Knese de Mello prestou homenagem, em nome do Conselho, ao arquiteto Luiz Saia, por ocasião do 10º aniversário de sua morte. Ressaltou a atuação de Luiz Saia no âmbito do Patrimônio Histórico, antes

mesmo da existência da Instituição, tendo ela colaborado com Mário de Andrade no anteprojeto de criação do SPHAN. Mencionou os importantes trabalhos que escreveu sobre arquitetura brasileira, acentuando que, até hoje, os estudantes de arquitetura consultam o seu livro "Morada Paulista". Finalizou dizendo-se grandemente honrado em homenagear tão ilustre arquiteto e amigo. Prosseguindo na Ordem do Dia, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro Plácido Magalhães de Souza, relator dos Processos 809-T-68 volumes 20 e 21 e 829-T-70, vol. 3º referentes, respectivamente, à saída do país das obras: 1) "O Divã, de Toulouse-Lautrec "A Amazona – Retrato de Marie Lefèvre" de Manet e o "Retrato da Princesa Bibesco", de E. Vuillard, pertencentes do acervo do MASP, para participar da exposição "Modern Paris Retrospected – from Impressionism to the Fin de Siècle" nas cidades de Tóquio, Hiroshima e Kobe, de setembro de 1985 a fevereiro de 1986; 2) "O Escolar" de "L'Arlesienne: Madame Ginoux" de Van Gogh, do acervo do Masp, para participar de exposição dedicada ao pintor, em Tóquio e Nagóia, de outubro de 1985 a fevereiro de 1986; 3) "A Boba" de Anita Malfatti e "EFCB" de Tarsila do Amaral, do acervo do MAC, para participar da exposição "Pintura Panamericana entre 1915 e 1945" em Caracas, de 30 de janeiro à 15 de abril de 1986. O Conselheiro informou estarem os Processos corretamente instruídos, razão por que deu seu parecer favorável à autorização do empréstimo das obras referidas, face a oportunidade de serem mostradas no exterior Obras de nossos Museus e de divulgação da criação artística brasileira. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado

unanimemente. O Conselheiro José G. Nordlin desculpou-se por ter que se retirar, declarando que votaria nos processos a serem ainda julgados, junto com o Relator. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Gilberto Velho, Relator do Processo nº 032/85 IPHAN, referente ao empréstimo de peças de arte plumária, do acervo dos Museus Emílio Goeldi, Plínio Ayrosa, Paulista e Nacional, aos Museus de Etnografia de Genebra e de História Natural de Paris, para participar de exposição de arte plumária brasileira a se realizar naqueles dois Museus, de setembro de 1985 a junho de 1986. O Conselheiro explicou tratar-se de ratificação de decisão já tomada pelo Conselho, por consulta da sua Secretaria, autorizando o envio das peças. Fazendo algumas considerações sobre o assunto, disse haver uma tendência bastante generalizada, no País, de subestimar a cultura material dos grupos indígenas brasileiros, principalmente se comparada às culturas pré-colombianas clássicas. A esse respeito, salientou ser a arte plumária brasileira de altíssimo valor científico e cultural, razão pela qual insistia na necessidade do estrito acompanhamento e fiscalização das peças, e também por sua fragilidade. Lembrou que algumas das melhores peças de arte plumária brasileira se encontram em Museus europeus, principalmente os mantos tupinambás, dos quais já existe exemplar no País. Sugeriu que o Ministério da Cultura fizesse um esforço no sentido de organizar uma exposição daquelas peças do Brasil, o que seria, sem dúvida, passo decisivo na valorização dos nossos bens etnológicos. O Presidente submeteu ao Conselho a ratificação da autorização de saída do País das peças relacionadas no

Processo, obtendo a concordância unânime dos Conselheiros. Fez uso da palavra, em seguida, o Conselheiro Gilberto Ferez, Relator do Processo nº 662-T-62 Vol. V, referente à ratificação do tombamento dos prédios à Rua Armando Martins, em Petrópolis Rio de Janeiro. O Conselheiro esclareceu que o Processo vem corrigir omissão na descrição do tombamento do conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis, por ocasião de sua extensão realizada em 1980, quando não foi explicitada a inclusão dos prédios à Rua Armando Martins, por ter sido considerada aquela pequena rua, não como uma via independente, mas como prolongamento da antiga Rua do Encanto. Votou favoravelmente à correção do equívoco, incluindo a designação da Rua Armando Martins no tombamento do conjunto de Petrópolis. O Presidente colocou o assunto em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimente. O Conselheiro Gilberto Ferez passou a Relator o Processo nº 03/84 SPHAN/6ª DR, relativo à revisão e à alteração da Portaria nº 12/78, que regulamenta o entorno de monumentos tombados no Jardim Botânico. Esclareceu que a área, nas imediações do Corcovado, que inclui o Parque Lage, o Horto Florestal e o Jardim Botânico, é constantemente ameaçada por incorporações imobiliárias. Chamou a atenção para o que está ocorrendo no caminho da Gávea, do outro lado da Rocinha, nas encostas do Morro Dois Irmãos, onde são frequentes invasões e desmatamentos. Encareceu a necessidade de estudos visando a revisão e alteração da Portaria 12/78, conforme proposto no Processo, a fim de dar melhor proteção àquela área ameaçada. O Presidente colocou

o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Declarou, em seguida, que solicitara ao Diretor da 6ª Diretoria Regional da SPHAN imediatas providências com relação aos problemas denunciados pelo Conselheiro Gilberto Ferez, o que manterá o Conselho informado a respeito do assunto. Usou da palavra, em seguida, o Conselheiro Max Justo Guedes, Relator do Processo Nº. 1.123-T-84, referente ao tombamento da Casa do Senador Canêdo, localizada em Bela Vista, Estado de Goiás. O Conselheiro teceu considerações a respeito da conscientização das comunidades no sentido da preservação do seu patrimônio histórico e artístico. Ressaltou não deve ser esta conscientização promovida por imposição vertical, considerando o exemplo como fundamental para a mudança de mentalidade. Ressaltou que o tombamento da Casa do Senador Canêdo se encaixa bem nesta visão, porque, além do valor histórico e da beleza singela da arquitetura do prédio, há um projeto de transformá-la em Casa de Cultura, o que virá abrir novos horizontes à pequena localidade onde se localiza. Deu seu voto favorável ao tombamento. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Américo Jacobina Lacombe, Relator do Processo 13/85 SPHAN relativo à averbação à inscrição nos Livros de Tombo da SPHAN dos acessórios que compõem os edifícios religiosos tombados. O Conselheiro declarou-se favorável à averbação por considerar que o tombamento de um edifício religioso deve implicar necessariamente no dos seus acessórios. Acrescentou ter sido sempre este o entendimento da Instituição. Para esclarecimentos

sobre o assunto foi solicitada a presença da Assessora Jurídica do IPHAN, Sonia Rabello. A Assessora esclareceu ter o IPHAN dificuldade no fornecimento de certidões de tombamento aos interessados, pela ausência dessa averbação. Lembrou ter sido sempre o entendimento do Conselho e do IPHAN, de que, ao se tombar um edifício religioso, se estaria tombado também o seu acervo. Este entendimento, no entanto nem sempre ficou explicitado no processo, o que tem provocado dúvidas por parte de interessados e mesmo de alguns juízes. Por isso estava sendo solicitada ao Conselho, autorização para a averbação do acervo, com efeitos retroativos, à margem de todas as inscrições de tombamentos digo de tombamento de edifícios religiosos, sejam eles Igrejas, Capelas, Conventos ou Mosteiros. Dessa forma passaria a figurar na certidão: "A Igreja (ou qual seja o edifício religioso) e seu acervo". O Presidente colocou o assunto em votação, tendo sido o IPHAN autorizada a proceder à averbação requerida, pela unanimidade de votos. Fez uso da palavra o Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, Relator do Processo 1.110-T-84, referente à impugnação do tombamento do Edifício Bristol, parte do conjunto residencial do Parque Guinle, Laranjeiras Rio de Janeiro. O Conselheiro, declarando-se de acordo com os pareceres da Assessoria Jurídica do IPHAN, considerou a impugnação improcedente por não corresponder aos princípios e objetivos da legislação que rege o tombamento de bens a nível federal. Votou pela manutenção do tombamento. O Presidente colocou o assunto em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Em seguida deu a palavra ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza que histo-

rion o ocorrido com o Casarão de Madeira localizado à Av. dos Imigrantes nº 307, no Município de Antônio Prado, Rio Grande do Sul, próprio Municipal criminosamente demolido por ordem do Prefeito. A respeito solicitou e obteve a concordância unânime dos Conselheiros para que ficasse registrado em ata a repulsa do Conselho a tão discabido ato de destruição de testemunho vivo de época passada e da contribuição da imigração italiana no sul do país. O Presidente declarou que enviará, em nome do Conselho, expediente ao Prefeito, ao governador e à Assembléia Legislativa do Estado do Rio grande do Sul, comunicando a decisão do Conselho. Em seguida fez as seguintes comunicações: a expedição pelo IPHAN, de notificação provisória do tombamento do Palacete Pinho, em Belém, ameaçado de demolição pelo proprietário. Observou que o mesmo declarou-se disposto a trocar o Palacete por terrenos do Estado, na periferia da cidade, havendo entendimentos neste sentido entre ele e o governo local; o retorno ao Brasil da obra de Matisse "O Torso de Gesso", cujo empréstimo a museus da Suécia e da Dinamarca foi autorizado pelo Conselho em 27.11.84; manifestação de solidariedade do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina ao Conselho Consultivo, pela perda do insigne Conselheiro Pedro Calmon. Prosseguindo, deu ciência do Conselho de que o Ministro da Cultura, pela Portaria nº 48, de 18.01.85, extinguiu a Secretaria da Cultura, criando, no mesmo Ato, duas Secretarias, a de Ação Cultural e a do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sobre o assunto, esclareceu ter sido preparado e submetido à aprovação do Ministro, Regimento provisório do IPHAN para vigorar até o encaminhamento do Congresso do Proje-

to de lei que cria a estrutura permanente do Ministério. Observou que pelo Regimento provisório, a SPHAN passará a ter duas Subsecretarias, uma absorvendo as funções clássicas da Instituição e outra voltada para manifestações patrimoniais em sentido mais amplo. Assinalou que esse Regimento provisório será enviado aos Conselheiros oportunamente, para críticas e sugestões, inclusive sobre matérias do interesse específico do Conselho, como é a questão do mandato dos Conselheiros. O conselheiro Gilberto Freyre indagou da situação dos Conselheiros por ter sido informado de que o mandato não era mais vitalício. O Presidente esclareceu que a legislação anterior à criação da Secretaria da Cultura do MEC não fazia menção ao mandato, deixando o assunto em aberto. Assinalou que o Regimento Interno da antiga Secretaria da Cultura fixou um mandato de três anos para os Conselheiros. Considerando serem três anos prazo por demais exíguo o Regimento provisório referido deixou a questão outra vez em aberto, para discussão pelo Conselho. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Francisco Iglesias, que se declarou honrado em participar do Conselho Consultivo da SPHAN, Instituição cuja atuação sempre acompanhou, seja por interesse próprio, seja pelos laços de amizade que o ligaram tanto a Rodrigo de Mello Franco, quanto a Renato Soeiro e a Aloísio Magalhães. Disse ver com prazer, à frente da entidade, outro amigo seu, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, cuja segurança e "aisance" com que dirigiu esta primeira reunião já são indicativas do êxito que terá na função. Finalizou dizendo ter a

ofereceu ao Conselho, principalmente, o seu desejo de aceitar e de servir a esta obra que vem sendo construída desde 1937. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello pediu a palavra para expressar seu entusiasmo pela homologação do tombamento do Casarão do Chá, em Mogi das Cruzes, e informar sobre visita a ele realizada pelo arquiteto japônes Teiro Kochida, Professor da Universidade de Osaka, o qual se entusiasmou com o prédio e fez várias sugestões relativas a sua preservação e restauração. O arquiteto Kochida, durante a visita, antecipou o possível interesse do Governo japonês em colaboração digo em colaborar com a obra. O Conselheiro alertou o Conselho para a precariedade do imóvel e a necessidade premente de sua restauração. Disse que a segunda comunicação que gostaria de fazer era sobre a realização do Congresso "Cidades do Futuro" a se realizar dos dias 26 a 30 de agosto, em São Paulo e do qual estarão presentes figuras das mais expressivas da arquitetura mundial. Sobre o assunto adiantou que obtivera, junto aos organizadores do evento, isenção de pagamento da taxa de inscrição para três funcionários do IPHAN. O Presidente agradeceu a intervenção do Conselheiro e declarou que fará comunicado à Embaixada do Japão a respeito do tombamento e restauração do Casarão do Chá. O Conselheiro Gilberto Velho indagou, expressando preocupação do Conselho sobre a situação financeira do Patrimônio Histórico e de sua condição de atuar em casos emergenciais e também em termos de continuidade de sua política. O Presidente informou que dentro da perspectiva de liberação de recursos para o

Ministério da Cultura, pela Presidência da República, foi providenciada a elaboração de orçamento de recursos extraordinários para o SPHAN, independente da suplementação de verba necessária para atender às necessidades urgentes do órgão. Observou que os recursos do setor cultural do antigo MEC se esgotaram em maio último. Adiantou que o SPHAN deverá ter recursos próprios no próximo orçamento da União. Indicou ainda a possibilidade de parceria com o setor privado, e de pedido de repasse de verbas do Ministério do Interior à Fundação Pró-Memória, para obras nas zonas atingidas pelas chuvas. O Conselheiro Aloísio Magalhães de Souza apôs aos Conselheiros manifestação de pesar pelo falecimento do pai do ex-subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Itapuan Cavalcanti de Souza, tendo sido solicitado à Secretaria do Conselho expedição de telegrama. O Presidente agradeceu a presença de todos, reiterando o convite já feito pelo Senhor Ministro de que o acompanhassem à solenidade de reabertura do Museu da Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Maria Eugênia Corrêa Faiman, Secretária ad-hoc lavrei a presente ata, a qual subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.

D. Angelo

Afonso Arinos

Gilberto Freyre

Max Guedes

José E. Mindlin

Eduardo K. de Mello

Roberto C. de Albuquerque
Gerardo Camara
Francisco Iglesias
José M. Mallan
Alcídio Mafra
Lourenço L. Lacombe
Américo J. Lacombe
Gilberto Velho

Ata da 117ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizada no dia 18 de novembro de 1985.

Às quatorze e trinta horas do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, em sala situada no segundo andar do Paço Imperial, localizado na Praça XV, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do senhor Angelo Oswaldo de Araújo Santos, presentes os Conselheiros Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Velho, Maria Bethânia, Gilberto Ferez, Eduardo Kneese de Mello, Francisco Iglesias, José Mindlin, Henrique Mallan, Diretor do Museu Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Solange Godoy, Diretora do Museu Histórico Nacional, e Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ausentes, por motivo justificado, os conselheiros Max Justo Guedes e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.